

274

ANÁLISE DAS RELAÇÕES EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (2005). *Júlio Canello, Luis Gustavo Mello Grohmann (orient.)* (UFSM).

No cenário nacional, o Rio Grande do Sul figura como um estado onde existe alternância no poder. Isto pode ser acompanhado da falta de maioria parlamentar do Executivo, donde podem surgir problemas para a governabilidade. Ao contrário, a existência de uma forte maioria parlamentar do Executivo pode levar a sua predominância no resultado do Processo Legislativo. O objetivo da pesquisa é analisar as relações entre o Governo do Estado e Assembléia Legislativa no ano de 2005. Tal análise é feita investigando-se a atuação Legislativa no Plenário da Assembléia Gaúcha e os Vetos do Executivo. Utiliza-se o método Comparativo. Os dados foram obtidos das sessões plenárias da Assembléia Legislativa, por meio de consultas ao seu sítio na internet e organizados em planilhas do Excel. Compilaram-se as variáveis necessárias para comparação e produção de séries históricas: quantidades de PECs, PLs, PLCs e Vetos Totais e Parciais, bem como a origem do projeto e se foi aprovado ou não. Os resultados obtidos durante a pesquisa foram relativos ao processo legislativo em 2005, comparativamente a 2004. Em 2005 houve menor concentração de PECs em comparação com a 2004, sendo todas oriundas do Legislativo. O Executivo enviou mais Projetos de Lei à Assembléia do que o Legislativo em ambos os anos. Em 2005, Rigotto utilizou em maior quantidade o mecanismo do Veto Total para projetos do Legislativo, Judiciário e outros e do Veto Parcial para matérias de iniciativa do Executivo. Verificou-se a existência de momentos em que a coalizão parlamentar do governo ruiu, possibilitando a derrubada de alguns vetos. Por fim, pode-se afirmar que, no caso gaúcho, importa o perfil da coalizão parlamentar de governo. Se o governo for majoritário a sua capacidade de ação legislativa alcança maior sucesso. Do contrário os custos da ação e decisão política serão mais altos.